

SELETA

AMAZÔNIA: VIAJANTES E SUGESTÕES SEPARATISTAS

Arthur Cezar Ferreira REIS

Não foram apenas naturalistas e geógrafos que percorreram a Amazônia, para inventariá-la, servindo aos interesses da ciência e aos objetivos mercantis e políticos de suas pátrias. Também uma legião de simples viajantes, que eram jornalistas, observadores imediatistas, professores, divulgadores de impressões, escritores de envergadura ou não “apercebeu-se” da Amazônia, com ela tomando contacto de dias, de meses, para os seus artigos, os seus livros e as suas informações. Procurando ver, nem sempre com sentido realista, sem esquecer de registrar que a região era desértica, seus quadros populacionais não expressavam grandeza cultural, mas as possibilidades econômicas pareciam incalculáveis e o poder público não se mostrava expedito, objetivo, capaz de enfrentar os problemas sociais para levá-la a uma nova etapa.

A literatura que escreveram nesse particular é abundante e circulou em livros, jornais e revistas.¹ Na generalidade apresentando um ar sensacionalista, em que a preocupação de propor, de vulgarizar a Amazônia, sob exaltação, não se podendo, em conseqüência, atribuir o ufanismo apenas aos brasileiros. O que estes escreveram, se trouxe os prejuízos da criação de uma consciência fantasiosa, não encerrava, todavia,

⁽¹⁾ A literatura de viagens, lançada nas páginas de revistas, experimentou grande sucesso, provocando grande interesse. As revistas que mais importância e notoriedade conquistaram foram: “Tour du Monde”, “Revue des Deux Mondes”, “Revue Maritime et Coloniale”, “Nouvelles Annales des Voyages”, esta principalmente.

o perigo de despertar um interesse prejudicial à nossa soberania. O que escreveram os de lá de fora, isso sim, foi mais prejudicial. Porque fantasiou, criando um estado d'alma que podia conduzir à estruturação de projetos contrários à nossa segurança, despertando apetites.² Vejamos, porém, alguns desses viajantes na literatura que elaboraram e documentaram as nossas afirmações.

Começemos pelo inglês Henrique Lister Maw, oficial da marinha britânica, que penetrou a Amazônia vindo do Peru, em 1827. Partindo de Lima, atravessou os Andes e alcançou o Amazonas. De Tabatinga, onde foi recebido pela autoridade militar e pela eclesiástica, encaminhou-se à cidade da Barra, hoje Manaus. Em Santarém, onde encontrou patrícios que comerciavam, padeceu a pena de prisão por parecer suspeito ao comandante militar local. Solto, atingiu Belém. A colônia inglesa não era numerosa, mas de alta expressão no particular das operações mercantis. De Belém partiu para a Inglaterra. Ali publicou o livro **Journal of a Passage from the Pacific to the Atlantic, crossing the Andes in the northern Provinces of Peru and descending the great River Maranon or Amazon**, em que fez a descrição de sua aventura. Nesse livro, que teve edição em português, em 1831, tradução feita sob a alegação de que se fazia necessário dar, aos próprios brasileiros uma noção sobre o que representava a região, Lister Maw indicava a Amazônia nas suas características físicas mais visíveis, mas, principalmente no que significavam como empório de matéria-prima de fácil e rendoso intercâmbio. Ao lado do pitoresco, do exótico do ambiente, que propôs nos seus aspectos mais variados, o oficial inglês deu ênfase àqueles da importância econômica.³

Outro inglês, em 1834, o capitão W. Smith, da marinha de Sua Majestade Britânica, partindo também de Lima, atingiu a Amazônia brasileira entrando por Tabatinga, sem o menor obstáculo. Visava proceder ao reconhecimento de uma ligação ou passagem entre o Pacífico e o

⁽²⁾ Há hoje na literatura histórica brasileira, um interesse particular pelo que escreveram os viajantes que percorreram o Brasil. Afonso de Taunay e Melo Leitão já nos deram um vasto acervo de informações a respeito. Nenhum deles, no entanto, viu o que realmente estavam fazendo esses viajantes. Detiveram-se nas impressões que eles comunicaram sem penetrar no fundo delas, isto é, naquilo a que serviam.

⁽³⁾ Em 1989, por iniciativa da Associação Comercial do Amazonas, publicou-se em Manaus uma reedição fac-similar da obra de Lister Maw, da edição portuguesa de 1831. (N. da R.)

Atlântico pela região amazônica. Na viagem demorou oito meses e dez dias. Como Lister Maw, Smith fez as mesmas observações sobre usos e costumes, acidentes fisiográficos, paisagem natural, diferença entre tipos humanos do Peru e da Amazônia brasileira. Como o outro, porém, não deixou um só momento de fixar, atenta e minudentemente, a importância do potencial econômico que a região representava e a possibilidade ou necessidade de seu aproveitamento. Tanto o livro de Lister Maw como o de Smith provocaram interesse. A Amazônia, percorrida de leste a oeste, era proposta na sua extensão física e na grandeza de suas perspectivas materiais.⁴

Em 1860, era a vez de um francês curioso. Referimo-nos a S. de Belmar, que, depois de ter visitado o litoral brasileiro, passou à Amazônia, que percorreu, ao contrário dos dois ingleses, ao arpejo da corrente, isto é, subindo do Atlântico. O livro em que registrou as suas impressões, editado em Londres, em 1861, era **Voyage aux Provinces Brésiliennes du Para et des Amazones en 1860, précédé d'un rapide coup d'oeil sur le litoral du Brésil**. Obra menos entusiástica, ou mais realística, além do descritivo das emoções que o meio físico lhe proporcionou, apresentava um levantamento sereno para o bem estar humano, se convenientemente utilizada. E nem por ser menos entusiástica, Belmar deixou de escrever: “Dans ce pays favorisé de la nature et sans cesse ranimé par la pluie on n’a que confier des graines à la terre pour les voir pousser instantanément et former des végétaux de grandeur colossale”.⁵

Nesse mesmo ano de 1861, circulava em Londres **A voyage up the river Amazon, including a residence at Pará**, da autoria de William H. Edwards. Tratava-se, agora, de um norte-americano, que descrevia as suas jornadas na Amazônia, de Belém ao rio Negro e ao rio Branco. Neste descritivo, passava em revista a vida local no seu pitoresco, no seu cotidiano, nos seus modos de vida, nas atividades materiais. E ao terminar não esqueceria de lembrar a conveniência de adotar-se uma política de imigração visando à ocupação e à exploração econômica, e à circulação,

⁽⁴⁾ O autor não menciona o título do livro de W. Smith, que, aliás não figura em nenhum dos livros sobre estrangeiros que escreveram sobre o Brasil (N. da R.)

⁽⁵⁾ Um excerto da obra de Belmar referente ao Ceará encontra-se publicado na “Revista do Instituto do Ceará, vol. XII, de 1898 e reproduzido com comentários em o nº 85, desta publicação, out. de 1977. (N. da R.)

no rio, de barcos a vapor que pusessem a Amazônia em comunicação direta com o mundo, encerrando a fase da porta fechada que o governo imperial insistia em manter como orientação. Dizia, então, Edwards: “Where Para a free and independent state, its vast wilds would in a few years be peopled by millions, and its products would flood the world...”⁶

Barwington Brown e William Lidestone, em 1873, a serviço da “The Amazon Steam Navigation Company Limited, de Londres, companhia que sucedera às de Mauá e de Alexandre de Paula Brito Amorim, um operando no campo da pesquisa geológica e o outro como engenheiro civil, também visitaram a Amazônia, desse contacto deixando um livro interessantíssimo **Fifteen Thousand miles on the Amazon and its tributaires**, Londres, 1878. Descreveram-nos. O Purus e o Juruá, por exemplo, estavam começando a ser penetrados, ocupados e explorados. Foram, assim, testemunhas do “rush” gomífero naqueles dois rios, como do que ocorria em outros distritos avivados pelo ciclo da borracha.

O depoimento que legaram é um depoimento sereno. Mas nem por isso está desligado dos outros que integram a literatura de viagens, que divulgava criando interesse, muito interesse. Porque fixava a Amazônia justamente naquela fase em que ela se projetava pelo seu comparecimento nos mercados internacionais com a sua produção florestal, em particular a borracha.

Marcel Monier, francês, entre 1886 e 1887, repetiu a façanha de Smith e Maw. Veio do Pacífico do Peru para alcançar o Atlântico. Escreveu **Des Andes au Pará**, Paris 1890. Observador, bom escritor, muito mais escritor que os outros viajantes, não se lhe pode atribuir qualquer intenção política no relato de sua viagem. O que sucedeu com ele é que, pela sensibilidade com que sentia a região, os efeitos de seu livro para atrair a atenção sobre ela, necessariamente leva a situá-lo naquele quadro de viajantes que se fizeram de “inocentes úteis”, como se dirá hoje.

Já não sucede o mesmo com Auguste Plane, em sua **L’Amazone**, Paris, 1903; Paul Walle, em **Au pays de l’or noir**, Paris, e J. Orton Kerbey em **An American Consul in Amazonia**, New York, 1911: Todos três livros pragmáticos. Não se deslumbraram seus autores com a visão da paisagem.

⁶ Talvez haja, aqui, um engano do autor. Rubens Borba de Moraes dá a obra de Edwards como publicada, em duas edições, em 1847 (N. da R.)

O que lhes interessava fundamentalmente era o complexo econômico local. A Amazônia vivia suas grandes horas de trabalho, criação de riqueza. Inventariando-a, indicando a participação de franceses e de outros estrangeiros nessa tarefa, em especial os ingleses, os dois franceses não simularam interesse distante. Ao contrário, deixaram claro um entusiasmo especial pelo que ela significava como área rica e perspectivas que ofereciam. Plane, por exemplo, comparando a Amazônia com a África, assinalava que constituíam “uma grande reserva para o futuro”, evidenciando-se, porém, a superioridade da região brasileira pela facilidade de acesso criada pelas vias naturais de comunicação. A Amazônia, em seu entender, estava aberta aos meios e às grandes empresas. E o europeu era decididamente o homem capaz para realizá-los...

Para Walle “nenhum região do mundo era mais favorecida que o vale amazônico pelo extraordinário valor dos produtos naturais”. As riquezas, nesse particular, eram sem conta e permaneciam negligenciadas. Nenhuma dificuldade havia para penetrá-la. Brasileiros e estrangeiros viviam e prosperavam. Os capitalistas, os industriais e os negociantes franceses encontravam a melhor acolhida. O campo de ação local era considerável. E como em seu parecer o capital não devia ter nacionalidade, no interesse de todos, cabendo-lhe procurar a melhor estabilidade da sua aplicação, onde ela pudesse existir, a Amazônia apresentava-se como a área ideal - “pays de consommation ou de production de la matière première”.

Quanto ao norte-americano, mais exaltado que os dois franceses, foi ao exagero de imaginar, como Edwards, a Amazônia compreendendo um império: “Just as the Amazon is the greatest river in the world, its valleys will some day be the seat of the greatest empire of the world”. E isso porque “in all the world there is no valley so riotous in fertility as that of the Amazon waters...”

É dessa fase a formulação mais positiva de certos princípios políticos ligados à obra da expansão capitalista das grandes nações. Ao lado de uma campanha que atingia os próprios meios governamentais contra o colonialismo, campanha que não tinha êxito, tomou proporções a preocupação de criar áreas coloniais, onde exercer a função civilizadora que a Europa se atribuiu, revelar as aptidões das raças fortes, superiores, que ela possuísse e cristianizar as populações ainda distantes das verdades

religiosas do Ocidente. O que ocorria, porém, na verdade, ou o que tudo isso escondia era o apetite desenfreado às matérias-primas que existiam em estado de natureza nos trópicos úmidos e secos. Na execução de seus programas de desenvolvimento econômico, na base de um comércio a longa distância, na identificação e na organização de impérios no ultramar, as potências dominadoras iam cristalizando projetos de ampliação de seu campo de atividades. A obtenção a qualquer preço da matéria-prima indispensável àquele mesmo desenvolvimento tornou-se uma mística. A história econômica do século XIX está marcada fundamentalmente por esse processo político a que se vem atribuindo a denominação de imperialismo.⁷

A execução dos programas, essenciais a uma melhor estruturação daqueles países, compreendia, como era natural, o conhecimento prévio das regiões cujos mercados precisavam ser conquistados, ou cuja posse física garantiria riquezas em matérias-primas que assegurassem continuidade aos empreendimentos econômicos e potencialidade aos seus realizadores. E com esse conhecimento prévio, a preparação psicológica da opinião pública que, através da literatura de viagens, poderia ir sendo conquistada.

A literatura de viagens exerceu, por isso, um grande papel da obra da expansão política e econômica de poderosas nações do Velho e do Novo Mundo. A conquista de mercados e, mais que isso, a conquista de territórios, foi em grande parte realizada sob o amparo de uma divulgação que se fez sem cessar e produzir frutos magníficos. A literatura de viagens, inocente na aparência, elaborada para euforia dos espíritos, servia a objetivos menos espirituais. Revelava novas humanidades, novas riquezas, novas regiões, novas possibilidades. E levava ao desejo de possuir tudo aquilo que parecia imediatisticamente apenas exótico, mas, na realidade, podia servir ao desenvolvimento mais veloz e mais rendoso da máquina industrial. Essa literatura constituía, como sucedeu no século XVI, quando revelou o Novo Mundo, a Índia, a China, nova atração. Coleções na França e na Inglaterra foram lançadas, com êxito surpreendente. As revistas que as resumiam tinham circulação sensacional.

⁷ A bibliografia a respeito é imensa. Para uma idéia, o vol. 6 de Robert Schnerb, **Le XIX siècle**, da "Histoire Générale des Civilisations", Paris, 1955.

A tese do espaço vital, para os interesses da humanidade, mas na realidade para o interesse das grandes potências, é dessa fase. Enganam-se os que a imaginam de hoje ou de um ontem muito próximo. Ao formulá-la, pensou-se em que as áreas inocupadas ou cuja densidade demográfica fosse inexpressiva, deviam passar às mãos dos mais capazes, isto é, dos que podiam, por tradição ou operosidade atual, possuí-las, utilizando-as em bem da coletividade. Sua ocupação seria efetiva, sua exploração seria realizada com técnica, capitais fartos e utilização imediata e proveitosa.

Já vimos que, a propósito da navegação do Amazonas, ingleses e norte-americanos revelaram-se na posse de projetos que, se podiam parecer humanitários, na verdade eram utilitários, e eles os beneficiários imediatos. Desbaratadas aquelas iniciativas, como se teriam comportado daí por diante?

A Amazônia continuava a ser um pomo cobiçado. Os projetos de expansão maciça parece que encerraram com a providência governamental da abertura do Amazonas. A conquista do mercado que ali se constituiu, essa, porém, ao contrário, foi empresa a que logo se lançaram. Essa conquista processada com a abertura de agências bancárias, linhas de navegação, casas aviadoras, estabelecimentos comerciais de toda espécie, obtenção de serviços públicos, inversão de capitais em seringais e outros tipos de propriedade fundiária.

Mediante concessão feita em 1900 a B. Bymkeiwicz era construído o porto de Manaus; mediante concessão feita a Percival Farquhar, em 1906, o porto de Belém. Nessa cidade e em Manaus, os serviços de luz, bondes, águas e esgotos eram atribuídos, também por concessão, a companhias estrangeiras. O capital para todos esses melhoramentos era inglês e norte-americano. A penetração estrangeira através de investimentos de capitais não se cifrava, porém, às obras materiais e serviços públicos por concessão. Em 1903, por exemplo, Auguste Plane encontrou em pleno funcionamento na Amazônia seringais que eram movimentados por empresas francesas. O mais sério estava no fato das chamadas firmas exportadoras serem na sua quase totalidade estrangeiras, com a agravante de funcionarem também como agências bancárias, de financiamento da produção gomífera.

Belém e Manaus, em meio à transformação urbana que se acelerava, mercê dos recursos que o “rush” da borracha proporcionava,

distinguiam-se, no panorama do Brasil, não apenas pelo progresso material, mas, principalmente, pelo que começavam a significar no campo das operações econômicas. Não havia, para o mundo, unicamente a África e o Oriente a assegurar conteúdo à competição mercantil e industrial. A Amazônia, inclusive nas áreas que não nos pertencem, eram um desses campos que garantiam vitalidade à competição. A Amazônia, então, comparecia com uma contribuição sensível, positiva, extraída à sua floresta com uma sofreguidão que revelava a insensibilidade de seus autores, pelos métodos em uso, ante a natureza, que lhes proporcionava todas aquelas utilidades em estado de ser. Contribuindo para o bem-estar humano, ao fornecer aos parques industriais do exterior muito do essencial para as suas novas condições existenciais em criação, a Amazônia constituía-se numa fonte que parecia inesgotável. A economia que nela se realizava, era, no entanto, uma economia predatória.

O intercâmbio com esse mesmo exterior operava-se sob bandeiras estranhas. O Brasil não levava aos Estados Unidos, à Inglaterra, à França uma só pele de borracha, uma tonelada de castanha, um toro de madeira. Tudo se exportava nos navios ingleses, norte-americanos, franceses, alemães, italianos e portugueses. O Brasil cobrava impostos. Tributava. Não consumia o que quer que fosse da produção florestal da Amazônia. Tudo isso, como é fácil de perceber, poderia gerar uma tal intimidade como o exterior, que os próprios laços da unidade nacional viessem a sofrer.

Queixosa, a região, de que o governo central não lhe dava atenção devida, ignorando-a, depreciando-a, relegando-a a uma subalternidade incrível, nela começara a elaborar-se um estado de consciência prejudicial à sua manutenção como parte da nacionalidade, consciência prejudicial que o elemento estrangeiro explorava muito bem, como já ficou evidenciado em outras passagens deste livro.

(...) Julgando-se menosprezada pelo poderes centrais do país, intensamente ligada aos interesses mercantis do exterior, a Amazônia corria perigo. Porque o espírito de secessão bem poderia desenvolver-se. Na mesma época, e como consequência de tais intimidades, que geravam facilidades, o turismo se fazia na Europa. E com o turismo, a educação da mocidade. Ninguém mandava seus filhos para estudar nas escolas especializadas do Brasil. A formação realiza-se lá fora. Rapazes e moças

saíam dos seringais diretamente para o Velho Mundo. E lá se realizavam espiritualmente. Manaus e Belém, por tudo isso, cresciam em função de sua ligação com o exterior. Comia-se, bebia-se, vestia-se o que vinha de lá. As duas cidades adotavam hábitos de cidadês européias. A política de empréstimos, processada no exterior, valia como outra ligação perigosa à integridade brasileira na área amazônica.

(A Amazônia e a cobiça internacional, 130-143. 3ª edição. Rio de Janeiro, Gráfica Record Editora, 1968)